

PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO

COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO

Câmara Municipal do Barreiro
PARQUE EMPRESARIAL DA QUIMIPARQUE | 2830 BARREIRO, SETÚBAL



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO

COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registos de atualizações e exercícios

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1	Introdução	Pag.29
2	Finalidade e objetivo	Pag.32
3	Tipificação dos riscos	Pag.33
4	CrITÉrios para ativação	Pag.35

PARTE II - EXECUÇÃO

1	Estrutura	Pag.41
2	Responsabilidades	Pag.46
3	Organização	Pag.60
3.1	Infraestruturas de relevância operacional	Pag.61
3.2	Zonas de intervenção	Pag.67
3.3	Mobilização e coordenação de meios	Pag.69
3.4	Notificação operacional	Pag.70
4	Áreas de intervenção	Pag.70



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO

COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



ÍNDICE

PARTE II - EXECUÇÃO

4.1	Gestão administrativa e financeira	Pag.73
4.2	Reconhecimento e avaliação	Pag.75
4.3	Logística	Pag.77
4.4	Comunicações	Pag.79
4.5	Informação pública	Pag.82
4.6	Confinamento e/ou evacuação	Pag.82
4.7	Manutenção da ordem pública	Pag.84
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas	Pag.85
4.9	Socorro e salvamento	Pag.86
4.10	Serviços mortuários	Pag.87

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1	Inventário de meios e recursos	Pag.91
2	Lista de Contatos	Pag.116
3	Sistemas de Frequências	Pag.129
4	Modelos	Pag.130
5	Lista de distribuição	Pag.144



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



NEXOS

ÍNDICE

ANEXO I - LOCALIZAÇÃO	Pag.145
ANEXO II - CENÁRIOS	Pag.159
ANEXO III – EXTRUTURAS MUNICIPAIS	Pag.251
ANEXO IV – ZONAS DE INTERVENÇÃO	Pag.269



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Cartografia do Barreiro	Pág.30
Figura 2	Procedimentos de alerta	Pág.38
Figura 3	Zonas de intervenção	Pág.67
Figura 4	Cartão de segurança	Pág.72



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



LISTA DE ACRÓNIMOS

Lista de Acrónimos	
AML	Autoridade Marítima Local
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
ARS	Administração Regional de Saúde
BRIPA	Brigada de Proteção Ambiental
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CDSS	Centro Distrital de Proteção Civil
CM	Câmara Municipal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Lista de Acrónimos	
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
CODIS	Comandante Operacional Distrital
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante das Operações de Socorro
CPX	Command Post Exercise
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	Energias De Portugal
EM	Estrada Municipal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Estrada Nacional
ERAS	Equipa de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ESO	Esquema de Sustentação Operacional
FA	Forças Armadas
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Lista de Acrónimos	
HF	High Frequency
IC	Itinerário Complementar
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IP	Itinerário Principal
IPMA	Instituto do Mar e da Atmosfera
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
JF	Junta de Freguesia
LIVEX	Live Exercise
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PDE	Plano Distrital de Emergência
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PEE	Plano de Emergência Externo



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Lista de Acrónimos

PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
Pm	Post-Mortem
PMA	Posto Médico Avançado
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PSP	Polícia de Segurança Pública
RELIS	Relatório Imediato da Situação
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMPC	Serviço Municipal da Proteção Civil
TO	Teatro de Operações
UHF	Ultra High Frequency



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Lista de Acrónimos

ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VHF	Very High Frequency
ZA	Zona de Apoio
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio à População
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZS	Zona de Sinistro



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Legislação Estruturante
<ul style="list-style-type: none">• Lei 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna
<ul style="list-style-type: none">• Lei 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro – Lei de Bases da Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
<ul style="list-style-type: none">• Lei 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal
<ul style="list-style-type: none">• Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 30/2015, de 07 de maio – Fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Orgânica

- Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna
- Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Lei 63/2007, de 6 de novembro – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
- Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana
- Lei 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
- Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
- Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército
- Decreto-Lei 187/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Força Aérea
- Decreto-Lei 185/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Marinha
- Decreto-Lei n.º150/2015, de 5 de agosto – Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.
- Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 235/2012, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Orgânica

- Lei 28/2013, de 12 de abril – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional
- Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil
- Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Decreto-Lei 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 127/2014, de 22 de agosto, e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.
- Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 135/2013, de 4 de outubro - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde
- Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
- Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
- Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação
- Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social
- Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa
- Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Orgânica

- Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente
- Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária
- Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade
- Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
- Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses
- Lei 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros
- Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 248/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros
- Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB)



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Técnico-Operacional

- Despacho 3551/2015, de 9 de abril – Sistema de Gestão de Operações
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional
- Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia
- Portaria 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
- Decreto-Lei 43/2002, de 2 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional
- Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres
- Decreto-Lei 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo
- Decreto-Lei 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo
- Lei 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Concorrente

- Lei 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas
- Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias
- Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais
- Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
- Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- Decreto-Lei 224/2015, de 9 de outubro - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Concorrente

- Decreto-Lei 254/2007, de 12 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 42/2014, de 18 de março – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas
- Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Diretiva 96/29/EURATOM
- Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 215/2008, de 10 de novembro e pelo Decreto-Lei 156/2013, de 5 de novembro – Proteção contra Radiações Ionizantes
- Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas
- Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água
- Lei 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Lei 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
- Lei 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico
- Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 278/2009, de 2 de outubro – Código dos Contratos Públicos
- Decreto-Lei 91/2015, de 29 de maio - fusão entre a Rede Ferroviária Nacional -REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP — Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Legislação Diversa

- Resolução 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
- Resolução 22/2009, de 23 de outubro – Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



Comunicações

- Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação
- Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho – Lei das comunicações eletrónicas
- Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional
- Decreto-Lei 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro – Bases da concessão do serviço postal universal
- Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum
- Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão
- Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março – Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum

Outras Referências

- Normas Operacionais Permanentes (NOP) da ANPC
- Diretivas Operacionais Nacionais da ANPC.
- Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Setúbal (PDEPCS)



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



REGISTOS DE ATUALIZAÇÕES

Atualizações do Plano de Emergência Externo do Complexo Industrial do Barreiro					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data da aprovação	Entidade aprovadora	Observações
1	Revisão do PEE	2010	16/06/2010	CNPC	
2	Revisão do PEE	2014	29/04/2014	CNPC	
3	Revisão do PEE	2016		CNPC	

REGISTOS DE ATUALIZAÇÕES

Atualizações do Plano de Emergência Externo do Complexo Industrial do Barreiro					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data da aprovação	Entidade aprovadora	Observações



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



REGISTOS DE EXERCÍCIOS

Registos de Exercícios do Plano de Emergência Externo do Complexo Industrial do Barreiro								
Tipo de Exercício		Objetivo	Cenário	Local	Data	Agentes, Organismos e Entidades Envolvidos	Meios e Recursos Envolvidos	Ensinamentos Recolhidos
CPX	LIVEX							
X		Testar a área de intervenção de Logística, Comunicações e Gestão da Informação de Âmbito Municipal	Libertação de Acrinolitriolo por colapso Total do Tanque EP-TF-114 A	Instalações da Fisipe	5 de Junho de 2012	CMPC, CB's do Barreiro, Juntas Freguesia do Barreiro e Lavradio, SM com Tarefas Proteção Civil, LBC-Tanquipor, Fisipe e Nova AP. Avaliadores: Adjunto Operações Distrital, Técnica do CDOS. Observadores: SMPC do Seixal; SMPC de Palmela; SMPC da Moita.	31 Viaturas e 80 Bombeiros. Vítimas- 63. Mortos- 3	Desenvolver o Plano de Comunicação Pública à População. Organizar um regulamento de funcionamento da CMPC Melhoramento da sala, dotando com meios informáticos e de telecomunicações.



PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO
COMPLEXO INDUSTRIAL DO BARREIRO



PÁGINA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO